



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638471 - SP (2021/0000938-2)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : MARADONO GOMES DA SILVA
ADVOGADO : MARADONO GOMES DA SILVA - SP385235
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL SIDINEY MOREIRA PRATES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RAFAEL SIDINEY MOREIRA PRATES contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO no julgamento do Agravo de Execução Penal n. 0007420-80.2020.8.26.0026.

Nesta via, sustenta o impetrante a ausência de fundamentação suficiente a justificar a aplicação do *quantum* de 60% ao cálculo de pena para progressão de regime, porquanto o paciente não é reincidente em crime hediondo ou equiparado, sendo devida a aplicação do percentual de 40% do cumprimento da reprimenda, em atenção à nova Lei n. 13.964/2019.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja aplicada a fração de 40% para progressão prisional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente